

Libras e inclusão digital para pessoas Surdas: uma análise das práticas tecnológicas e linguísticas no contexto do Sul Global

Libras and Digital Inclusion for Deaf People: An Analysis of Technological and Linguistic Practices in the Context of the Global South

Libras e inclusión digital para personas sordas: un análisis de las prácticas tecnológicas y lingüísticas en el contexto del Sur Global

RESUMO

Neste artigo, investigamos a relação entre a Língua de Sinais Brasileira (Libras), a tecnologia digital e a inclusão de pessoas Surdas no contexto do Sul Global. A partir de uma abordagem interdisciplinar, analisamos o impacto de práticas tecnológicas e linguísticas na promoção da acessibilidade em plataformas digitais e ambientes educacionais. Realizamos uma revisão crítica das práticas de inclusão digital, com ênfase nas tecnologias assistivas e nos recursos digitais como instrumentos de equidade. Exploramos o uso da Libras em ambientes virtuais, avaliando sua eficácia na comunicação e no aprendizado de Surdos. A análise abordou políticas públicas e práticas educacionais voltadas à inclusão, destacando desafios e oportunidades no acesso a conteúdos e serviços online. Questionamos a universalidade das soluções tecnológicas, refletindo sobre desigualdades de poder e epistemologias dominantes em sua concepção. Concluímos propondo práticas digitais e educacionais mais inclusivas e sensíveis à diversidade linguística, promovendo justiça social nas Humanidades Digitais.

Palavras-chave: inclusão digital; Libras; Sul global; surdos; tecnologias assistivas.



CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Gláucio Castro Júnior

librasunb@gmail.com
orcid.org/0000-0003-3002-5308

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Gildete da S. Amorim Mendes Francisco

gildeteamorim@gmail.com
orcid.org/0000-0001-5185-2092

Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Daniela Prometi

danielaprometi@gmail.com
orcid.org/0000-0003-0133-075X

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Neemias Gomes Santana

masunb@gmail.com
orcid.org/0009-0007-2513-0327

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

In this article, we investigate the relationship between Brazilian Sign Language (Libras), digital technology, and the inclusion of Deaf people in the context of the Global South. Using an interdisciplinary approach, we analyze the impact of technological and linguistic practices on promoting accessibility in digital platforms and educational environments. We present a critical review of digital inclusion practices, emphasizing assistive technologies and digital resources as tools for equity. We explore the use of Libras in virtual environments, assessing its effectiveness in Deaf communication and learning. The analysis addresses public policies and educational practices aimed at inclusion, highlighting challenges and opportunities in accessing online content and services. We question the universality of technological solutions, reflecting on power inequalities and dominant epistemologies embedded in their design. We conclude by proposing more inclusive and culturally sensitive digital and educational practices that consider linguistic diversity and promote social justice within the field of Digital Humanities.

Keywords: digital inclusion; Libras; Global South; deaf people; assistive technologies.

RESUMEN

En este artículo, investigamos la relación entre la Lengua de Señas Brasileña (Libras), la tecnología digital y la inclusión de personas Sordas en el contexto del Sur Global. A través de un enfoque interdisciplinario, analizamos el impacto de las prácticas tecnológicas y lingüísticas en la promoción de la accesibilidad en plataformas digitales y entornos educativos. Presentamos una revisión crítica de las prácticas de inclusión digital, destacando las tecnologías asistivas y los recursos digitales como herramientas de equidad. Exploramos el uso de Libras en entornos virtuales, evaluando su eficacia en la comunicación y el aprendizaje de personas Sordas. El análisis abarca políticas públicas y prácticas educativas orientadas a la inclusión, señalando desafíos y oportunidades en el acceso a contenidos y servicios en línea. Cuestionamos la universalidad de las soluciones tecnológicas, reflexionando sobre las desigualdades de poder y epistemologías dominantes. Concluimos proponiendo prácticas digitales y educativas más inclusivas y culturalmente sensibles que promuevan la justicia social en las Humanidades Digitales.

Palabras clave: inclusión digital; Libras; Sur Global; sordos; tecnologías asistivas.

Como citar:

CASTRO JÚNIOR, Gláucio; FRANCISCO, Gillete da S. Amorim Mendes; PROMETI, Daniela; SANTANA, Neemias Gomes. Libras e inclusão digital para pessoas Surdas: uma análise das práticas tecnológicas e linguísticas no contexto do Sul Global. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 232-251, jan./jun. 2025. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



INTRODUÇÃO

A inclusão digital é fundamental para garantir o acesso equitativo das pessoas Surdas à sociedade digital, especialmente no Sul Global. Como destacam Castro Júnior, Prometi, Santana e Francisco (2024, p. 2), “uma parcela significativa da população global está presente em plataformas tecnológicas”, que impactam a comunicação, a cultura e o comportamento. Para pessoas Surdas, o uso de tecnologias como legendas, interpretação em Libras e softwares de tradução é essencial para superar barreiras comunicativas e acessar serviços, educação e o mercado de trabalho. Segundo Martini (2005, p. 2), a inclusão digital promove a cidadania, o combate à pobreza e a inserção na sociedade da informação, contribuindo para maior autonomia e qualidade de vida.

Os Indicadores de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) são métricas que as organizações utilizam para medir seu progresso na criação de um ambiente de trabalho inclusivo e diverso (Castro Júnior, Prometi, Santana e Francisco, 2024, p. 2). De acordo com Costa (2019, p. 37), a estratégia de muitas organizações para se conectar com os consumidores e se manter relevantes é construir uma narrativa de diversidade, aderindo a discursos de inclusão. Sob outra perspectiva, essas ferramentas podem ser adaptadas para avaliar e promover a inclusão de pessoas Surdas e de outras minorias em ambientes digitais, especialmente em redes sociais.

Desta forma, este estudo busca explorar a interseção entre Libras, inclusão digital e práticas tecnológicas e linguísticas no contexto do Sul Global, com o objetivo de identificar e analisar as práticas e desafios específicos enfrentados por comunidades Surdas nessa região. O Sul Global frequentemente enfrenta desigualdades significativas no acesso a tecnologias e serviços digitais, o que pode agravar a exclusão de grupos minoritários, como os Surdos. Compreender essas dinâmicas é crucial para desenvolver estratégias que possam garantir uma inclusão mais equitativa e eficaz. O estudo buscou preencher lacunas na literatura existente, focando nas especificidades culturais e linguísticas do Sul Global, e propor soluções adaptadas às necessidades locais.

Korten (2002) apresenta uma visão complementar na qual discute a oferta de alternativas que favorecem e desenvolvem a capacidade de auto-organização de comunidades em torno de interesses locais como no Sul Global; criando espaços de socialização e de reconstituição do tecido social; planejando regiões autossustentáveis em termos ambientais, particularmente energéticos; aproveitando as novas tecnologias para desenvolver as relações intercomunitárias e uma sociedade mais horizontal, articulada em rede.

Este estudo destaca a importância de uma abordagem crítica, contextualizada e interseccional das práticas de inclusão digital voltadas às pessoas Surdas, especialmente no contexto do Sul Global. Ao considerar as desigualdades sociais, econômicas e culturais em relação ao acesso às tecnologias assistivas, a pesquisa evidencia a necessidade de soluções que respeitem as realidades locais. O foco na região permite compreender melhor os desafios enfrentados pelas comunidades Surdas e promove o desenvolvimento de respostas mais adequadas às suas

necessidades, incentivando um diálogo interdisciplinar sobre tecnologias acessíveis e culturalmente sensíveis.

A análise das políticas públicas e das tecnologias assistivas revelou que, embora existam avanços, ainda há falhas na adaptação das iniciativas às realidades das pessoas Surdas no Sul Global. As políticas muitas vezes carecem de especificidade, resultando em exclusão digital. O estudo propõe ajustes que garantam maior equidade, além de identificar boas práticas e inovações tecnológicas que possam ser replicadas ou adaptadas. Assim, reforça-se a urgência de promover um ambiente verdadeiramente inclusivo, em que as tecnologias digitais estejam acessíveis e alinhadas às demandas das comunidades Surdas.

Mota (2022) cita dez indicadores voltados para a diversidade e inclusão em ambientes corporativos, entre os quais: representatividade, recrutamento, seleção, desenvolvimento, retenção, promoção, recompensas, engajamento, entrevistas de desligamento e *employer branding*. Uma adaptação desses indicadores para avaliar a diversidade, equidade e inclusão de pessoas Surdas em ambientes digitais pode incluir índices como acessibilidade de conteúdo, representatividade, participação ativa da comunidade Surda, e a efetividade das ferramentas de tradução e legendas, entre outros.

O estudo propõe diretrizes concretas para melhorar as práticas digitais e educacionais voltadas à inclusão de pessoas Surdas, com foco no desenvolvimento de tecnologias assistivas mais eficazes, na adaptação de recursos digitais e na implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Essas propostas visam orientar profissionais da educação, desenvolvedores de tecnologia e formuladores de políticas na construção de uma inclusão digital mais justa e eficiente. Além disso, o estudo busca incentivar reflexões críticas sobre os principais achados, enfatizando a importância de considerar os contextos sociais e culturais do Sul Global. Destaca-se a necessidade de pesquisas contínuas e da evolução das políticas públicas para garantir que as pessoas Surdas tenham pleno acesso aos benefícios das tecnologias digitais, reafirmando o compromisso com a justiça social e a inclusão no contexto do sul global.

1. REVISÃO DA LITERATURA

A inclusão digital e a acessibilidade, especialmente no contexto do Sul Global, exigem abordagens teóricas que orientem o uso e o desenvolvimento de tecnologias para uma sociedade mais equitativa. Conceitos como o design universal destacam a importância de criar tecnologias acessíveis desde o início, beneficiando pessoas com diferentes habilidades. Além disso, a teoria do capital social digital reforça que o acesso às TICs não só facilita a comunicação, mas também fortalece os vínculos comunitários e promove a integração de grupos marginalizados, como as pessoas surdas, ampliando suas oportunidades de participação social e inclusão. O capital social surge comumente associado a uma panóplia de recursos a que um ator acede através das suas

relações sociais (Bourdieu, 1980; Coleman, 1988; Putnam, 1993). No entanto, essa inclusão não é automática e requer o desenvolvimento de interfaces acessíveis e conteúdo adaptado às necessidades linguísticas e culturais específicas das comunidades Surdas.

A busca por conhecimento está marcada, cada vez mais, pela tecnologia, pela velocidade e pelo “saber fazer” (Lévy, 1999). A produção e compartilhamento de informação e conhecimento, assim como as demais práticas sociais contemporâneas, não são mais viáveis senão pela fluidez da cibercultura. Também “não podemos imaginar o pleno exercício da cidadania apartado de certa fluência tecnológica.” (Pesce, 2013, p. 2).

Para assegurar o direito ao acesso e à produção de conhecimento, e, consequentemente, o pleno exercício da cidadania, é crucial que as políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos contemplem a oferta de condições adequadas para o acesso às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). A visão de tecnologia proposta por autores como Bonilla e Pretto (2010), Brito (2006), Lavinhas e Veiga (2013) e Pesce (2013) critica a noção de tecnologia como mero instrumento ou produto estático, destacando-a como um processo dinâmico. Bonilla e Pretto (2010) argumenta que “é necessário ultrapassar a ideia de uso das TIC como ferramenta de capacitação para o mercado de trabalho [...] ou então como meras ferramentas didáticas para continuar ensinando os mesmos conteúdos na escola” (Bonilla e Pretto, 2010, p. 40).

A inclusão digital na educação de jovens e adultos está diretamente ligada ao conceito de letramento digital, entendido como uma dimensão do empoderamento. Essa abordagem destaca a necessidade de capacitar comunidades marginalizadas, como as pessoas Surdas, para que tenham controle sobre suas experiências digitais. Isso inclui não apenas o acesso às tecnologias, mas também o desenvolvimento de ferramentas adaptadas, com suporte em Libras, e a promoção de uma educação digital que permita o uso crítico e autônomo dessas tecnologias, garantindo participação ativa na sociedade digital.

Segundo Buzato (2008), a maior parte das interpretações sociais que fazem uso do conceito de inclusão fala em inclusão do lugar do incluído, isto é, do lugar de quem definiu o que é bom para todos e se mobiliza para oferecer o mesmo aos excluídos. Desta forma, o conceito de inclusão adquire o sentido de hegemonia, um processo de subordinação de valores considerados ideais por um grupo que se coloca em posição superior. O autor, entretanto, propõe um conceito de inclusão digital a partir de outro sentido: Inclusão, então, seria a possibilidade de subversão das relações de poder e das formas de opressão que se nutrem e se perpetuam por meio da homogeneização, da padronização, da imposição de necessidades de alguns a todos e do fechamento dos significados das tecnologias da comunicação e da informação em função de tais necessidades (Buzato, 2008, p. 326).

A teoria da justiça social propõe uma abordagem crítica da inclusão digital, enfatizando que o acesso à tecnologia deve considerar não apenas sua disponibilidade física, mas também a equidade na qualidade do acesso, na relevância cultural e na capacidade de uso, especialmente

para pessoas surdas. Isso requer tecnologias desenvolvidas com base na diversidade linguística e na eliminação de barreiras comunicacionais. Como observa Silveira (2008), a mera presença de laboratórios de informática nas escolas não garante inclusão digital, pois frequentemente limitam-se a atividades escolares e não possibilitam a vivência plena da cultura digital.

A inclusão digital deve ser compreendida como a vivência plena e autônoma da cultura digital, indo além da simples fluência tecnológica. Para Brito (2006), trata-se da apropriação dos conceitos de tecnologia com o objetivo de universalizar e democratizar seu uso. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) reforça essa perspectiva ao assegurar o direito à informação em Libras e estabelecer diretrizes para a acessibilidade digital (Silva, 2018). Nesse contexto, a acessibilidade digital torna-se fundamental para a participação efetiva das pessoas surdas, considerando que a Libras, enquanto língua natural dessa comunidade, deve ser incorporada desde o início na criação de produtos e serviços digitais (Quadros, 2004). As tecnologias assistivas, portanto, são recursos essenciais para garantir essa inclusão.

Quadro 1 - Exemplos de tecnologias assistivas e seus benefícios para os Surdos

TECNOLOGIA ASSISTIVA	DESCRÍÇÃO	BENEFÍCIOS PARA SURDOS
Aplicativos de Tradução de Voz para Texto	Convertem a fala em texto em tempo real, exibindo as palavras faladas em formato escrito.	Facilitam a comunicação em tempo real, especialmente em situações de conversação rápida.
Softwares de Interpretação em Libras	Programas que utilizam inteligência artificial para traduzir texto e fala para Libras.	Permitem que pessoas surdas compreendam conteúdos em tempo real na sua língua natural.
Legendas Automáticas	Sistemas que geram legendas em tempo real para vídeos e transmissões ao vivo.	Aumentam o acesso a conteúdos audiovisuais e eventos, proporcionando compreensão mais clara.
Videoconferência com Intérprete de Libras	Plataformas de comunicação que incluem intérpretes de Libras para facilitar conversas.	Melhoram a acessibilidade em reuniões online, aulas virtuais e eventos digitais.
Videoprova em Libras	A videoprova em Libras é uma ferramenta educacional que consiste em apresentar provas e avaliações em formato de vídeo, onde as questões são traduzidas para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Essa tecnologia permite que alunos surdos assistam a vídeos nos quais intérpretes de Libras traduzem as perguntas e opções de resposta. As videoprovatas podem ser utilizadas em plataformas digitais de aprendizagem, permitindo que estudantes surdos realizem exames e testes de maneira mais inclusiva, com o conteúdo sendo acessível diretamente em sua língua natural.	Permite que estudantes surdos compreendam totalmente o conteúdo das avaliações, eliminando barreiras linguísticas que podem ocorrer quando as provas estão apenas em texto ou áudio. Ao utilizar Libras, a videoprova respeita a língua nativa dos estudantes surdos, proporcionando um ambiente de avaliação que leva em consideração suas necessidades linguísticas e culturais.

Fonte: Autores, (2025).

Estudos sobre Libras e práticas digitais inclusivas têm demonstrado a relevância de integrar a Língua Brasileira de Sinais nas plataformas e ferramentas digitais como estratégia para promover

acessibilidade e inclusão de pessoas Surdas. Pesquisas mostram que a utilização de Libras em interfaces digitais, seja por meio de vídeos com intérpretes ou avatares, melhora significativamente o acesso à informação e facilita a participação de pessoas surdas em contextos educacionais, sociais e profissionais. Além disso, aplicativos e softwares educacionais que utilizam Libras contribuem para um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, promovendo a compreensão dos conteúdos e aumentando o engajamento dos alunos Surdos, desde que esses recursos sejam culturalmente relevantes e adaptados às especificidades linguísticas da comunidade.

Outros estudos abordam o impacto da Libras em redes sociais e políticas públicas. A presença da língua de sinais em plataformas como Facebook, Instagram e YouTube, por meio de vídeos acessíveis e comunidades dedicadas, fortalece a interação entre Surdos e ouvintes, promove a visibilidade da cultura Surda e reforça a coesão social. No campo das políticas públicas, embora haja avanços, a implementação de Libras em ambientes digitais ainda encontra obstáculos, como limitações técnicas e falta de formação especializada.

Superar os desafios da inclusão digital de pessoas surdas requer investimentos contínuos em tecnologias assistivas, formação de profissionais e regulamentações que garantam acessibilidade em Libras. Para isso, é essencial a atuação conjunta de desenvolvedores, educadores, formuladores de políticas e da própria comunidade surda. Esse compromisso coletivo com a equidade e acessibilidade é fundamental para construir um ecossistema digital que não apenas inclua, mas também empodere as pessoas surdas, promovendo seus direitos humanos e sua dignidade.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este artigo adotou uma abordagem de revisão bibliográfica para explorar as inter-relações entre a Língua de Sinais Brasileira (Libras), a tecnologia digital e os processos de inclusão no contexto do Sul Global, com foco específico na experiência e inclusão digital de pessoas Surdas e que segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 186), tem: “[...] o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. A revisão foi organizada em torno de quatro eixos temáticos principais: (1) Análise das Práticas Tecnológicas Atuais; (2) Aplicação da Libras em Ambientes Virtuais; (3) Crítica às Epistemologias Dominantes e Desigualdades de Poder; e (4) Propostas para o Aperfeiçoamento das Práticas Digitais e Educacionais voltadas às Pessoas Surdas.

2.1 Procedimentos metodológicos

i) Seleção dos Estudos: A seleção dos estudos foi realizada em quatro etapas principais:

- Definição dos Critérios de Inclusão e Exclusão: Foram incluídos artigos e estudos que tratam diretamente de temas como acessibilidade digital para pessoas Surdas, uso de algoritmos, políticas públicas e práticas educacionais inclusivas. Excluíram-se aqueles sem relação direta com os eixos temáticos definidos ou que apresentavam fragilidades teóricas ou metodológicas.

- Busca nas Bases de Dados: As buscas foram conduzidas em bases científicas reconhecidas, como Scopus, Web of Science, Google Scholar e periódicos especializados nas áreas de tecnologia, linguística e inclusão. Utilizaram-se termos de busca como: “acessibilidade linguística”, “algoritmos e Surdos”, “inclusão digital”, “redes sociais e acessibilidade”, “experiência do usuário Surdo”, entre outros.

- Triagem dos Estudos Relevantes: Após a busca inicial, realizou-se a leitura de títulos e resumos para verificação da aderência aos critérios estabelecidos. Estudos duplicados foram descartados e os demais passaram por uma análise preliminar de pertinência temática.

- Leitura Completa e Extração de Dados: Os estudos selecionados foram lidos integralmente. As informações extraídas foram organizadas conforme os quatro eixos temáticos do artigo, incluindo: metodologia adotada, principais achados e conclusões.

- ii) Análise dos Dados: A análise seguiu uma abordagem qualitativa, voltada à identificação de padrões, recorrências e lacunas nos estudos revisados. Os dados foram sistematizados em consonância com os quatro tópicos principais da revisão:

1. Análise das Práticas Tecnológicas Atuais: Investigaram-se os recursos digitais e as soluções tecnológicas disponíveis para pessoas Surdas, com foco em sua adequação e aplicabilidade nos contextos do Sul Global.

2. Aplicação da Libras em Ambientes Virtuais: Foram analisadas as formas como a Libras tem sido incorporada em plataformas digitais, avaliando-se a efetividade da comunicação e as barreiras ainda existentes à plena participação de pessoas Surdas nesses ambientes.

3. Crítica às Epistemologias Dominantes e Desigualdades de Poder: Examinaram-se as relações de poder que permeiam o desenvolvimento tecnológico e a formulação de políticas digitais, identificando como epistemologias hegemônicas podem marginalizar as demandas das comunidades Surdas.

4. Propostas para o Aperfeiçoamento das Práticas Digitais e Educacionais voltadas às Pessoas Surdas: Com base nas evidências levantadas, foram sistematizadas práticas exitosas e recomendações para o aprimoramento de tecnologias assistivas, recursos educacionais e políticas públicas mais inclusivas.

2.1.1 Análise das Práticas Tecnológicas Atuais

A análise das práticas tecnológicas atuais configura-se como um campo de estudo cada vez mais relevante, dado o papel central que a tecnologia desempenha em todos os aspectos da vida

contemporânea. Diversos autores com artigos publicados na plataforma SciELO têm se dedicado a investigar e compreender os impactos dessas práticas em diferentes contextos, como o trabalho, a educação e a sociedade em geral. Esses estudos visam não apenas mapear as mudanças tecnológicas, mas também examinar suas implicações para o desenvolvimento social e a inclusão.

Os pesquisadores Castro Júnior, Prometi, Santana e Francisco (2024, p. 7) afirmam que a era digital, onde a interação online se tornou a norma, a acessibilidade linguística na web emergiu como uma preocupação fundamental, especialmente para pessoas Surdas. A interação entre algoritmos e acessibilidade linguística na web introduz uma série de desafios ontológicos que afetam tanto usuários surdos quanto não-surdos. Sousa (2009, p. 279) afirma que “para esses e outros usuários com necessidades especiais, é necessário remover as barreiras à acessibilidade na internet”.

Filatro e Cavalcanti (2018), no livro *Metodologias Inovativas na Educação Presencial, a Distância e Corporativa*, destacam a importância de os professores adotarem metodologias que promovam uma aprendizagem significativa, mesmo em contextos mediados por tecnologia. Para as autoras, a atribuição de significado ao aprendizado ocorre quando os alunos conseguem conectar novas informações com seu conhecimento prévio. Em outras palavras, a aprendizagem deve ser centrada no aluno e construir a partir do que ele já sabe. Em ambientes presenciais, o professor pode realizar esse diagnóstico de forma imediata, mas no contexto virtual, é essencial utilizar ferramentas digitais como fóruns de discussão e chats para facilitar essa interação. Portanto, o educador deve explorar alternativas que assegurem a inclusão e participação de todos os alunos.

Um dos aspectos cruciais dessa análise é a compreensão de como as tecnologias digitais moldam as relações sociais e as formas de produção do conhecimento. Castro Júnior, Prometi, Santana e Francisco (2024, p.8) explica que os algoritmos desempenham um papel crítico na organização e distribuição de informações em plataformas online, como redes sociais e motores de busca. No entanto, a forma como esses algoritmos operam frequentemente privilegia a linguagem oral e auditiva, negligenciando considerações cruciais de acessibilidade para usuários Surdos, que comunicam principalmente por meio de uma modalidade visual-espacial. A comunidade da Internet acredita que, em breve, todos os negócios online deverão fornecer a semântica de suas páginas por meio de ontologias (Felicíssimo *et al.*, 2003), pois as ontologias oferecem uma “língua franca” que permite que máquinas processem e integrem recursos da Internet de maneira inteligente, possibilitando buscas rápidas e precisas e facilitando a comunicação entre dispositivos heterogêneos na rede.

A integração de ferramentas digitais nos ambientes de trabalho tem levado a novas formas de organização e colaboração, exigindo que os trabalhadores continuamente atualizem suas habilidades. A crescente utilização de redes sociais e outras plataformas digitais têm transformado a forma como as pessoas se comunicam, se informam e constroem suas identidades. Isso evidencia

a necessidade de uma análise mais profunda sobre como a tecnologia influencia a dinâmica social e cultural, moldando interações e práticas sociais.

Outro ponto significativo é o papel da tecnologia na educação. As tecnologias digitais oferecem novas possibilidades para o ensino e a aprendizagem, permitindo a criação de ambientes educacionais mais dinâmicos e personalizados. Contudo, os autores enfatizam que a adoção dessas ferramentas deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre seus impactos na formação dos estudantes, para evitar a mera substituição dos métodos tradicionais por tecnologias sem uma adequada contextualização pedagógica. A análise crítica das práticas tecnológicas é essencial para garantir que as inovações promovam a inclusão e o engajamento de todos os alunos. Contextualizando a educação inclusiva para os Surdos, de acordo com Gesser (2009), entende-se que esta significa a oportunidade de frequentar uma escola que reconheça as diferenças linguísticas do Surdo.

A análise das práticas tecnológicas contemporâneas revela tanto oportunidades quanto desafios para a sociedade. Embora a tecnologia possa favorecer a inclusão social, facilitar o acesso à informação e estimular o desenvolvimento econômico, ela também pode ampliar desigualdades, intensificar a vigilância e favorecer a disseminação de desinformação. Diante disso, torna-se essencial a colaboração entre governos, empresas e sociedade civil para garantir o uso ético e responsável das tecnologias, especialmente frente ao ritmo acelerado das inovações digitais.

No contexto da inclusão digital de pessoas Surdas, estudos têm destacado a importância da acessibilidade nas plataformas digitais, como o uso de Libras, legendas e interfaces adaptativas, para garantir uma participação equitativa nos ambientes online e educacionais. A eficácia dessas iniciativas, contudo, depende da implementação adequada das ferramentas e da formação dos profissionais envolvidos. Além disso, políticas públicas que incentivem a criação de conteúdos acessíveis são fundamentais para consolidar um ecossistema digital mais justo, capaz de atender às demandas e aos direitos da comunidade surda.

Martins e Lins (2015, p. 3) afirmam que, “sem uma educação de qualidade, muitos surdos acabam por apresentar dificuldades ao longo de todo o seu processo de escolarização e têm seu desempenho avaliado como insatisfatório, o que é absolutamente equivocado e injusto. Assim, na lógica ouvinte de avaliação dos surdos, ignora-se com frequência suas potencialidades, promovendo uma reiterada exclusão escolar, na qual alguns ainda persistem e permanecem, enquanto outros retornam em idade avançada, pela Educação de Jovens e Adultos (EJA).” Essa constatação revela uma crítica contundente às epistemologias dominantes que estruturam o sistema educacional sob uma ótica hegemônica ouvinte, desconsiderando os modos próprios de ser, aprender e comunicar das pessoas Surdas. No contexto do Sul Global, onde desigualdades estruturais se agravam por fatores históricos, econômicos e socioculturais, tais epistemologias contribuem para a perpetuação de práticas exclucentes. A crítica a essas estruturas de poder torna-se, portanto, essencial para reposicionar os saberes Surdos no centro do debate educacional,

promovendo uma reconstrução curricular e avaliativa que reconheça suas singularidades e combata a exclusão sistêmica.

Os pesquisadores Castro Júnior, Prometi, Santana e Francisco (2024) destacam que, embora os algoritmos das redes sociais não tenham sido projetados para incluir pessoas Surdas, tecnologias de acessibilidade, como a legendagem automática e o reconhecimento de voz, são fundamentais para promover uma experiência mais inclusiva. Essas ferramentas permitem a tradução de informações visuais e auditivas para formatos acessíveis, garantindo a participação ativa de pessoas Surdas na comunicação online. A aplicação da Libras em ambientes virtuais é crucial, especialmente nos países do Sul Global, onde persistem desigualdades no acesso a tecnologias e políticas públicas inclusivas, e contribui para fortalecer a autonomia comunicacional das comunidades Surdas, ampliando suas possibilidades de interação e pertencimento no espaço digital.

2.1.2 Aplicação da Libras em Ambientes Virtuais

A inclusão de Libras em plataformas digitais tem avançado com o desenvolvimento de tecnologias que facilitam a comunicação e o aprendizado de pessoas Surdas. Ferramentas de tradução automática e sistemas de legendagem em tempo real têm contribuído para a acessibilidade de conteúdos online, permitindo que sejam traduzidos para Libras, proporcionando uma experiência mais inclusiva. Além disso, as plataformas de videoconferência com suporte a intérpretes de Libras têm se mostrado essenciais para a inclusão digital, possibilitando a participação ativa de usuários Surdos em reuniões, aulas e eventos online. No entanto, a eficácia dessas ferramentas depende da precisão das traduções e da adaptação do conteúdo às especificidades da Libras, além de um treinamento adequado para intérpretes e usuários.

Desde o ano de 2006, com a criação do curso de Licenciatura em Letras-Libras na modalidade a distância, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pessoas Surdas vêm se familiarizando progressivamente com o uso de tecnologias digitais. Esse curso, pioneiro e referência no Sul Global, ampliou significativamente o acesso da população Surda ao ensino superior, promovendo a formação da primeira geração de professores Surdos de Libras no Brasil. A iniciativa não apenas impulsionou o ensino da Libras em nível nacional, mas também evidenciou a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como aliadas no processo educacional bilíngue.

A pandemia de COVID-19 acelerou a implementação de políticas de inclusão digital, obrigando instituições públicas e privadas a reestruturar suas práticas pedagógicas e comunicacionais. Nesse contexto, o papel dos intérpretes em ambientes virtuais e o uso de recursos visuais e linguísticos acessíveis tornaram-se essenciais para garantir a continuidade educacional de estudantes Surdos, promovendo a valorização da acessibilidade como um direito fundamental,

especialmente em contextos de desigualdade, como nos países do Sul Global. Além disso, os ambientes virtuais imersivos mostraram-se promissores como metodologia de ensino, pois "proporcionam uma experiência de imersão, utilizando os sentidos do corpo humano, para simular situações reais ou virtuais, ampliando as possibilidades de aprendizagem significativa por meio da vivência simulada no espaço digital" (Filatro; Cavalcanti, 2018).

Segundo Filatro (2018, p. 52), a tecnologia pode ser definida como "o veículo usado para comunicar informações que estão representadas em uma ou mais mídias". Entre essas mídias, destaca-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), que surgiu como resultado da evolução das tecnologias da informação e comunicação. Essas tecnologias possibilitaram o desenvolvimento da Educação a Distância (EAD).

Segundo Mugnol (2009), foram as Tecnologias da Informação e da Comunicação que deram impulso ao ensino a distância, tornando-o mais acessível para a maioria das pessoas no Brasil através da popularização da internet e do computador. Destaca-se também, a importância de utilizar adequadamente essas tecnologias em favor da inclusão dos alunos Surdos, pois se estas forem estruturadas apenas através da lógica da língua escrita e falada, seus recursos serão desperdiçados para os usuários surdos (Pivetta et al., 2015).

A integração de recursos visuais e línguas de sinais no processo educacional contribui para um ensino-aprendizagem mais eficaz, permitindo que alunos surdos compreendam mais profundamente os conteúdos. Isso melhora a acessibilidade e enriquece a experiência educacional, promovendo um aprendizado mais significativo e participativo. Além disso, é essencial tornar as redes sociais mais inclusivas, como a inclusão de legendas em português em todos os vídeos, o que permitiria que usuários surdos e deficientes auditivos participassem plenamente (RNID, 2020). Os algoritmos de recomendação também deveriam ser ajustados para atender às necessidades desses usuários, garantindo acesso a uma gama mais ampla de conteúdo (BBC, 2020), pois, como afirma Guardian (2022), a inclusão digital é um direito de todos e deve ser uma prioridade em uma sociedade cada vez mais conectada.

Dessa forma, os pesquisadores Castro Júnior, Prometi, Santana e Francisco (2024, p.13) mostra que é fundamental que os desenvolvedores de tecnologia reconheçam e abordem as necessidades específicas da Comunidade Surda ao projetar e implementar algoritmos em plataformas online. Isso inclui aprimorar a precisão da legendagem automática, desenvolver técnicas avançadas de reconhecimento da Língua de Sinais e promover uma maior transparência e personalização nas recomendações de conteúdo para garantir uma experiência online mais inclusiva e acessível para todos os usuários, independentemente de sua capacidade auditiva ou nível de bilinguismo.

Ao adotar essas práticas, os profissionais e professores podem criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo e adaptado às necessidades de todos os alunos. A reflexão contínua sobre a adequação dos materiais e métodos utilizados, bem como a busca por inovação e

melhoramento, são essenciais para garantir que a educação virtual seja verdadeiramente acessível e de alta qualidade para alunos Surdos. Correia e Neves (2019, p. 10) explicam que “a experiência visual do Surdo apresenta-se como elemento preponderante para o seu aprendizado, neste sentido os docentes devem se apropriar dessa ferramenta pedagógica”. Nesse contexto, torna-se imprescindível também discutir as bases que sustentam o conhecimento escolar e tecnológico, promovendo uma crítica às epistemologias dominantes e às desigualdades de poder que historicamente marginalizam saberes e práticas culturais das comunidades Surdas.

2.1.3 Crítica às Epistemologias Dominantes e Desigualdades de Poder

A análise das epistemologias predominantes nas tecnologias digitais revela como as concepções de conhecimento e poder influenciam o desenvolvimento e a implementação dessas tecnologias, frequentemente refletindo visões hegemônicas que privilegiam certos saberes e excluem outros. As epistemologias dominantes, geralmente moldadas por perspectivas ocidentais e tecnocêntricas, não consideram adequadamente a diversidade cultural, o que pode resultar na criação de tecnologias que reforçam desigualdades e marginalizam saberes locais. Essa visão universalista pode afetar a inclusão e a equidade no acesso e uso das tecnologias, especialmente no Sul Global, onde as práticas culturais e os modos de conhecimento são frequentemente negligenciados.

A crítica às epistemologias dominantes nas tecnologias digitais destaca que elas perpetuam uma centralização de poder e conhecimento, limitando a participação equitativa de diversos grupos sociais e culturais. Como afirmam Monteiro e Gomes (2009, p. 1959), “a acessibilidade pressupõe três noções essenciais: o utilizador, a situação e o ambiente”. Para promover uma verdadeira inclusão digital, é necessário questionar e revisar essas epistemologias, integrando múltiplas perspectivas e saberes na criação e implementação de tecnologias. Isso visa criar um ambiente mais inclusivo e justo, atendendo melhor às necessidades de todos os usuários, especialmente aqueles em contextos de desigualdade, como os Surdos, por meio de políticas que considerem as necessidades específicas de acessibilidade, como interfaces personalizáveis e layouts otimizados para melhorar a navegação e compreensão.

A predominância de uma epistemologia universalista pode marginalizar saberes locais e práticas específicas. Eles ressaltam que “as epistemologias tecnológicas universais muitas vezes ignoram as particularidades regionais, resultando em soluções que não atendem adequadamente às necessidades locais. Esta marginalização pode afetar negativamente a eficácia e a inclusão das tecnologias digitais em diferentes contextos culturais.

As desigualdades de poder têm um impacto significativo nas práticas tecnológicas, moldando tanto a criação quanto a implementação de tecnologias digitais. A literatura destaca que as tecnologias digitais são frequentemente desenvolvidas e distribuídas de acordo com os

interesses e necessidades das classes dominantes, o que pode marginalizar e excluir comunidades menos favorecidas. Essa disparidade no desenvolvimento e acesso contribui para uma brecha digital que perpetua a exclusão social e econômica. Para Lopes (2022, p. 35) “a acessibilidade web é concebida pela adequação do ambiente às necessidades básicas da pessoa com deficiência, de modo a possibilitar acesso e uso a espaços, equipamentos, serviços e meios de comunicação”. Portanto, as políticas e práticas de acessibilidade nas redes sociais voltadas para pessoas surdas devem objetivar a promoção da inclusão digital e a garantia de uma experiência online igualitária para todos os usuários.

Além disso, as desigualdades de poder também afetam a forma como as tecnologias são reguladas e implementadas. As decisões sobre regulamentação tecnológica são muitas vezes tomadas por um pequeno grupo de atores com influência significativa, ignorando as necessidades e perspectivas de grupos marginalizados. Essa concentração de poder pode levar à criação de políticas que favorecem os interesses de poucos, em detrimento da inclusão e equidade no acesso às tecnologias. Nesse sentido, Vieira, Oliveira e Pimentel (2020, p. 279) afirmam que: “[...] os tempos mudaram, as gerações mudaram e com o avanço das tecnologias as brincadeiras também mudaram”. E a escola, por sua vez, vai acompanhando as mudanças e evoluindo com elas.

O impacto das desigualdades de poder nas práticas tecnológicas é exacerbado pela falta de diversidade nas equipes de desenvolvimento, o que pode resultar em produtos e serviços que não atendem adequadamente às necessidades de grupos sociais diversos. A homogeneidade nas equipes tecnológicas pode reforçar estereótipos e ignorar as complexidades das necessidades dos usuários. Para mitigar essas desigualdades, é fundamental adotar abordagens inclusivas e participativas, envolvendo uma gama ampla de stakeholders, incluindo grupos marginalizados, no processo de desenvolvimento. Isso pode gerar soluções mais equitativas, acessíveis e promover um impacto social positivo, reduzindo disparidades.

2.1.4 Propostas para Melhoria das Práticas Digitais e Educacionais para pessoas Surdas

As práticas tecnológicas e linguísticas no Sul Global apresentam um panorama complexo e multifacetado, refletindo a diversidade e os desafios únicos enfrentados por países e comunidades dessa região. A tecnologia digital tem o potencial de promover inclusão e desenvolvimento, mas seu impacto é muitas vezes desigual devido a barreiras econômicas e estruturais. No Sul Global, a implementação de tecnologias digitais pode ser limitada por uma infraestrutura inadequada, acesso desigual à internet e falta de recursos financeiros. Esses desafios exacerbam as disparidades existentes e dificultam a adoção plena de tecnologias que poderiam beneficiar amplamente a sociedade. Uma realidade marcada por mudanças acentuadas em diferentes setores da sociedade impulsiona a novas concepções, paradigmas, experiências interativas e formas de perceber o mundo (Schlemmer; Di Felice; Serra, 2020).

O Sul Global é caracterizado por uma rica diversidade linguística, mas muitas dessas línguas não são representadas nas plataformas digitais, o que pode resultar em exclusão linguística e limitar o acesso à informação. A falta de suporte para línguas indígenas ou minoritárias marginaliza comunidades que dependem desses idiomas. A inclusão de diferentes idiomas e dialetos é essencial para garantir a equidade e acessibilidade digital. Além disso, as tecnologias devem ser adaptadas cultural e contextualmente para atender às realidades locais, considerando, por exemplo, a necessidade de maior compreensão da língua de sinais, como destacam Quadros (2004). A colaboração entre governos, ONGs e o setor privado é crucial para desenvolver soluções adaptadas às necessidades locais. Para criar tecnologias inclusivas, é necessário adotar princípios de design universal e realizar testes de usabilidade com grupos diversificados, incluindo pessoas com deficiências. Além disso, a formação de profissionais de tecnologia deve incluir treinamentos específicos sobre acessibilidade, promovendo uma abordagem inclusiva desde o início da carreira. Como afirma Juan Ignacio Pozo (apud Leite; Ribeiro, 2011, p. 175), “as tecnologias estão possibilitando novas formas de distribuir socialmente o conhecimento, que estamos apenas começando a vislumbrar”.

Além disso, fomentar parcerias entre organizações de tecnologia e instituições especializadas em acessibilidade pode resultar em melhores soluções. Organizações que trabalham com a inclusão de pessoas com deficiência frequentemente possuem expertise e insights valiosos sobre as barreiras enfrentadas por esses indivíduos. Colaborar com essas instituições permite que as tecnologias sejam desenvolvidas com um entendimento mais profundo das necessidades dos usuários, resultando em produtos que promovem a inclusão de maneira mais eficaz. Dessa forma, o quadro 02 apresenta uma síntese das diretrizes para promover uma inclusão digital mais equitativa e eficaz, direcionado a desenvolvedores de tecnologia, educadores e formuladores de políticas:

Quadro 2 - Exemplos de tecnologias assistivas e seus benefícios para os Surdos

GRUPO	DIRETRIZES	OBJETIVOS
Desenvolvedores de Tecnologia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implementar legendas automáticas em vídeos e áudio. 2. Fornecer alternativas de texto para imagens. 3. Garantir compatibilidade com softwares de leitura de tela. 4. Integrar suporte para línguas de sinais. 	Assegurar que as plataformas digitais sejam acessíveis e utilizáveis por todos os usuários, especialmente os Surdos.
Educadores e profissionais da educação bilíngue de Surdos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar materiais didáticos acessíveis, incluindo legendas e descrições. 2. Utilizar plataformas que suportem múltiplos formatos de comunicação. 3. Adaptar práticas pedagógicas para atender à diversidade dos alunos. 4. Receber treinamento sobre tecnologias assistivas. 	Facilitar a inclusão e o engajamento dos alunos Surdos e de outros estudantes com necessidades específicas no ambiente educacional.
Formuladores de Políticas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer padrões mínimos de acessibilidade para sites e aplicativos. 	Garantir que regulamentações e

	<ol style="list-style-type: none"> 2. Promover subsídios para tecnologias inclusivas. 3. Implementar campanhas de conscientização sobre a importância da inclusão digital. 4. Adaptar diretrizes às necessidades locais no Sul Global. 	incentivos promovam a acessibilidade digital e criem oportunidades iguais para todos.
Colaboração nacional e internacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a cooperação entre desenvolvedores, educadores e formuladores de políticas. 2. Coletar feedback contínuo dos usuários finais. 3. Ajustar diretrizes com base no feedback e nas melhores práticas. 	Fomentar uma abordagem holística e coordenada para melhorar continuamente a inclusão digital e garantir participação plena na sociedade digital.

Fonte: Autores, (2025).

A criação de políticas públicas que incentivem e regulamentem a acessibilidade digital é crucial para promover práticas inclusivas no setor tecnológico. Governos e instituições podem estabelecer diretrizes que incentivem empresas a adotar soluções acessíveis, incluindo incentivos financeiros ou certificações. Como afirma Vieira (2011, p. 1), "a sociedade atual vivencia um amplo processo de transformação no que diz respeito à intensificação do acesso à comunicação e informação", o que exige constante aprendizado e construção de novos conhecimentos, especialmente no espaço educacional. Além disso, é fundamental promover a conscientização sobre a acessibilidade digital por meio de campanhas de sensibilização e eventos educacionais, estimulando empresas e o público a priorizar a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas tecnológicas atuais revela que, embora existam tecnologias assistivas projetadas para apoiar a comunicação e a inclusão de pessoas surdas, como tradutores automáticos e aplicativos educativos baseados em Libras, ainda há muito a ser feito para que essas ferramentas alcancem sua plena eficácia. As tecnologias disponíveis frequentemente enfrentam desafios relacionados à precisão e à naturalidade da tradução para Libras, limitando sua capacidade de promover uma comunicação fluida e inclusiva. Além disso, apesar do crescente desenvolvimento de recursos digitais e plataformas inclusivas, a implementação de práticas que realmente atendam às necessidades específicas dos surdos ainda é esporádica e fragmentada. A inclusão digital eficaz requer não apenas o acesso à tecnologia, mas também o design de interfaces acessíveis e adaptáveis que considerem a diversidade de experiências e habilidades dentro da comunidade surda.

No que diz respeito à aplicação da Libras em ambientes virtuais, o uso de ferramentas tecnológicas como avatares digitais, intérpretes de Libras em vídeo e plataformas educacionais adaptadas mostrou-se promissor. Esses recursos têm potencial para facilitar o acesso à informação e promover a interação entre surdos e ouvintes. No entanto, a eficácia dessas práticas depende da

qualidade das ferramentas empregadas e da integração adequada de Libras no design e funcionamento das plataformas digitais. As iniciativas que incluem Libras de forma consistente e contextualizada demonstram um impacto positivo na inclusão digital e na educação de surdos, ao passo que soluções superficiais ou mal implementadas podem perpetuar a exclusão e a desigualdade. As políticas públicas e práticas educacionais voltadas para a inclusão digital de surdos desempenham um papel crucial na promoção da acessibilidade e da equidade. Políticas que incentivem o uso de Libras em ambientes digitais, ofereçam suporte para a formação de profissionais em tecnologias assistivas e garantam o acesso universal a ferramentas inclusivas são fundamentais para o avanço da inclusão de surdos. No entanto, ainda existem desafios significativos, como a falta de investimento contínuo, a escassez de profissionais qualificados e a resistência a mudanças no ambiente educacional. Superar esses obstáculos requer um compromisso coletivo com a implementação de práticas inclusivas e a adaptação constante às necessidades emergentes da comunidade surda.

A crítica às epistemologias dominantes e às desigualdades de poder nas práticas tecnológicas evidencia a necessidade de uma abordagem mais consciente e crítica na concepção e implementação de tecnologias digitais. As epistemologias predominantes frequentemente refletem perspectivas hegemônicas que ignoram ou marginalizam as experiências e os conhecimentos das comunidades surdas. Isso resulta em práticas tecnológicas que não contemplam adequadamente a diversidade linguística e cultural, perpetuando desigualdades de poder e exclusão. Para construir um ambiente digital mais justo e inclusivo, é essencial reconhecer e desafiar essas desigualdades, incorporando perspectivas diversificadas e garantindo que as vozes das comunidades surdas sejam ouvidas e valorizadas no processo de desenvolvimento tecnológico.

Por fim, para melhorar as práticas digitais e educacionais, é fundamental promover o desenvolvimento de tecnologias mais inclusivas que considerem as especificidades da Libras e as necessidades da comunidade surda. Isso inclui o aprimoramento de ferramentas de tradução automática, o desenvolvimento de conteúdos educativos em Libras e a criação de plataformas digitais que facilitem a interação inclusiva. Além disso, recomenda-se a implementação de práticas educacionais que incluam a formação continuada de professores em Libras e tecnologias assistivas, além da adaptação curricular que valorize a diversidade linguística. Essas ações são essenciais para construir uma sociedade mais inclusiva, onde a acessibilidade e a equidade sejam uma realidade para todos, especialmente para a Comunidade Surda.

REFERÊNCIAS

- BBC. **9 ways life has changed for deaf people.** 2020. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/programmes/articles/ZgRczbRTdsJ4tdWRKTcfFx/9-ways-life-has-changed-for-deaf-people>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital:** política, educação e internet. São Paulo: Autêntica, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Le capital social:** notes provisoires. Actes de la recherche en sciences sociales, n. 30, 1980.
- BRITO, Gláucia da Silva. A inclusão digital do profissional professor: entendendo o conceito de tecnologia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: ANPOCS, 2006.
- BUZATO, Marcelo El Khouri. Inclusão digital como invenção do quotidiano: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 3, n. 38, p. 325-342, 2008.
- CASTRO JÚNIOR, Gláucio et al. Explorando a interseção entre algoritmos, redes sociais e inclusão da pessoa Surda. **Liinc em Revista**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 1–20, 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7024>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- COLEMAN, James. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, suplemento, 1988.
- CORREIA, Patrícia Carla da Hora; NEVES, Bárbara Coelho. A escuta visual: a Educação de surdos e a utilização de recurso visual imagético na prática pedagógica. **Revista Educação Especial**, v. 32, 2009. DOI: 10.5902/1984686X27435. Acesso em: 25 dez. 2021.
- COSTA, Amanda. **Diversidade nas organizações:** inclusão ou estratégia? [S.l.: s.n.], 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39229971/DIVERSIDADE_NAS_ORGANIZACOES_inclusao_ou_estrat_egia_120190522_89840_1fmlbok. Acesso em: 25 abr. 2025.
- FELICÍSSIMO, Carolina et al. Geração de ontologias subsidiada pela engenharia de requisitos. In: MARTINS, Luis Eduardo Galvão (org.). **Anais do WER03** – Workshop em Engenharia de Requisitos, v. 27-28, p. 255–269, Piracicaba, SP, 2003.
- FILATRO, Andrea. **Como preparar conteúdos para EAD.** 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- FILATRO, Andrea; CAVALCANTI, Carolina Costa. **Metodologias inovativas na educação presencial, a distância e corporativa.** São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- GESSER, Andrei. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GUARDIAN, The. **The daily struggles that people with deafness face in our society.** 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2022/dec/05/the-daily-struggles-that-people-with-deafness-face-in-our-society>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- KORTEN, D. C. **O mundo pós-corporativo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.
- LAVINAS, Lena; VEIGA, Alinne. Desafios do modelo brasileiro de inclusão digital pela escola. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, maio 2013. Acesso em: 25 abr. 2025.
- LEITE, Carlinda; RIBEIRO, Sílvia (org.). **Curriculum e avaliação:** entretecedendo olhares. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- LOPES, Daniel Alves. **Acessibilidade web do sistema de bibliotecas:** uma proposta de política de comunicação digital acessível da Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2022.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. **Revista Inclusão Social**, Brasília: IBICT, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/7/13>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MARTINS, L. M. N.; LINS, H. A. M. Tecnologia e educação de surdos: possibilidades de intervenção. **Nuances**, Presidente Prudente, v. 26, n. 2, p. 188-206, maio/ago. 2015.

MONTEIRO, Ricardo; GOMES, Maria João. Estudo de práticas de acessibilidade e inclusão digital nas universidades públicas portuguesas. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TIC NA EDUCAÇÃO, 6., 2009, Braga. **Anais** [...]. Braga: Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9429/1/Challenges-RicardoMJGomes.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MOTA, Nayara. **10 indicadores de diversidade para utilizar na sua empresa**. IG Empreenda & Êxito, 6 abr. 2022. Disponível em: [https://emprendaexito.ig.com.br/colunas/nayara-mota/2022-04-06/10-indicadores-de-diversidade-para-utilizar-na-sua-empresa.html](https://empreendaexito.ig.com.br/colunas/nayara-mota/2022-04-06/10-indicadores-de-diversidade-para-utilizar-na-sua-empresa.html). Acesso em: 25 abr. 2025.

MUGNOL, Marcio. A educação a distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3589/3505>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PESCE, Lucila. O programa um computador por aluno no Estado de São Paulo: confrontos e avanços. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. **Anais** [...]. Goiânia: ANPED, 2013.

PIVETTA, Elisa Maria et al. Educação bilíngue de alunos surdos: contributos para a construção de ambientes virtuais inovadores de ensino e aprendizagem acessíveis. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 8/9, n. 2/1, p. 97-109, jan./dez. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1843/3468>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PUTNAM, Robert. **Making democracy work**: civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

QUADROS, Ronice Müller de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 5, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1246>. Acesso em: 10 mar. 2025.

RNID. **Subtitle it!** 2020. Disponível em: <https://rnid.org.uk/get-involved/campaign-with-us/subtitle-it/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SCHLEMMER, Eliane; DI FELICE, Massimo; SERRA, Ilka Márcia Ribeiro de Souza. Educação OnLIFE: a dimensão ecológica das arquiteturas digitais de aprendizagem. **Educar em Revista**, Minas Gerais, v. 36, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.76120>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SILVA, J. R. **Resistências Surdas**: quando as narrativas do Tradutores e Intérpretes de Libras e Português nos contam as histórias. 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In: HTKOWSKI, Tânia Maria (org.). **Políticas públicas e inclusão digital**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VIEIRA, Aldineide Barros; OLIVEIRA, Ednaura Agripino de; PIMENTEL, Fernando Silvio Cavalcante. Games e aprendizagem: a voz das crianças. **Revista Temática**, Paraíba, a. 16, v. 16, n. 2, fev. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/50705>. Acesso em: 25 abr. 2025.

VIEIRA, Rosangela Souza. O papel das tecnologias da informação e comunicação na educação a distância: um estudo sobre a percepção do professor/tutor. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 10, 2011.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Gláucio Castro Júnior

Professor do Magistério Superior do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP do Instituto de Letras - IL da Universidade de Brasília - UnB. Mestre e Doutor em Linguística. Coordenador do Núcleo de Estudo e Pesquisa da Variação Linguística da Libras (Laboratório Núcleo Varlibras) da Universidade de Brasília - UnB. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Linguística da Libras - GEPLIBRAS (CNPq/UnB), Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa da Saúde em Libras – GEPSLIBRAS.

Gildete da S. Amorim Mendes Francisco

Professora do Magistério Superior do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas - GLC do Instituto de Letras - IL da Universidade Federal Fluminense - UFF. Graduação em Fonoaudiologia, Mestrado em Ciências da Educação e Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Doutora em Ciências e Biotecnologia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Linguística da Libras - GEPLIBRAS (CNPq/UnB); Membro do Laboratório Núcleo de Estudo e Pesquisa - NUEDIS/UFF.

Daniela Prometi

Professora do Magistério Superior do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP do Instituto de Letras - IL da Universidade de Brasília - UnB. Mestre e Doutora em Linguística. Vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Linguística da Libras - GEPLIBRAS (CNPq/UnB). Pesquisadora do grupo de pesquisa Grupo de Estudo e Pesquisa da Saúde em Libras – GEPSLIBRAS. Vice-coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa da Variação Linguística da Libras (Laboratório Núcleo Varlibras).

Neemias Gomes Santana

Professor do Magistério Superior do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas - LIP do Instituto de Letras - IL da Universidade de Brasília. Mestre em Linguística, Análise Crítica do Discurso pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Doutorando em Linguística pela UnB. Pesquisador do Laboratório Núcleo Varlibras; pesquisador do grupo de pesquisa de Estudo em Linguística da Libras GEPLIBRAS; pesquisador do grupo de pesquisa Grupo de Estudo e Pesquisa da Saúde em Libras – GEPSLIBRAS.